



ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	31.648,79	20.325,72	PASSIVO CIRCULANTE	42.822,66	26.545,82
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31.648,79	20.325,72	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	11.173,87	8.378,89
ATIVO NÃO CIRCULANTE	219.980,62	219.081,62	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	10.251,98	10.543,72
IMOBILIZADO	219.980,62	219.081,62	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	21.396,81	7.623,21
			TOTAL DO PASSIVO	42.822,66	26.545,82
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00	60.426,36
			RESULTADOS ACUMULADOS	208.806,75	152.435,16
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	-4.254,77	5.315,47
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	212.861,52	147.119,69
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	200,00	0,00
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	208.806,75	212.861,52
TOTAL	251.629,41	239.407,34	TOTAL	251.629,41	239.407,34
ATIVO FINANCEIRO	31.648,79	20.325,72	PASSIVO FINANCEIRO	31.648,79	20.969,73
ATIVO PERMANENTE	219.980,62	219.081,62	PASSIVO PERMANENTE	11.173,87	8.378,89
SALDO PATRIMONIAL				208.806,75	210.058,72

COMPENSAÇÕES

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00



Notas:

NOTA 1 - Contexto Operacional

O Poder Legislativo do Município de Morro Redondo é composto por 09 (nove) vereadores e 03(três) servidores.

NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

NOTA 3 - Restos a pagar

As despesas que foram empenhadas e não pagas até o dia 31/12/2016, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, e escrituradas como restos a pagar processados e não processados. Durante o exercício, foram consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, também foram consideradas aquelas inscritas em restos a pagar não processados, que foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados, nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320/1964. Foram observados, para fins de inscrição, as recomendações da Instrução Normativa nº 18/2015, do Tribunal de Contas do Estado, ainda, os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme saldo abaixo:

RECURSO.....	DISPONIBILIDADE 31/12	A PAGAR 31/12	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	SALDO
0001?Livres.....	31.648,79.....	10.251,98.....	21.396,81.....	0,00
T O T A I S.....	31.648,79.....	10.251,98.....	21.396,81.....	0,00

Nota 4 – Provisões a Curto Prazo: segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. Esta rubrica de provisão de Férias e encargos sociais foram registrados de acordo com relatório disponibilizado pelo Departamento Pessoal.

MORRO REDONDO, 31/12/2016

Zelodir Ataíde Novack
Presidente da Câmara

Chayane P. Cantarelli
Tec. em Contabilidade CRC/RS 086289/O-3